

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017



MANDATO TRIÊNIO

2016 a 2019

DIRETORIA EXECUTIVA:

Ricardo Gruba Pereira - Presidente

Adriana Jesus de Lacerda Campos - Diretora de Operações

Bruno Camara Meira - Diretor de Administração e Finanças

Patrícia Mazzoni Pena - Diretora Técnica de Saúde

CONSELHO DELIBERATIVO:

Titulares:

Novarck Silva de Oliveira - Presidente

João Batista Sá Marques - Secretário

Luis Francisco Ferreira

Esdras Domingos de Abreu

Luiz Gustavo Garioli Gouvêa

Rogério da Cunha Abaurre

Maria Helena Dias Gomes Tauhata

Suplentes:

Katsuo Dias Homma

Liesel Mack Filgueiras

Claudio Rocha

Claudionor Couto Pinheiro

Afonso Célio Duarte

Osmar Marcondes

Eduardo Fernando Jardim Pinto

CONSELHO FISCAL:

Titulares:

Almir Alves da Paz - Presidente

Marco Antonio de Freitas

Eliel Fonte Bezerra

Suplentes:

Délio Vargas Vieira

George José de Oliveira

Telmo de Oliveira

ATENDIMENTO QUALIFICADO COMO PRIORIDADE



O ano de 2017 foi de muitas realizações administrativas, voltadas para a qualidade do atendimento prestado aos usuários, o controle de custos e o uso da tecnologia como aliada para uma melhor gestão.

O PASA tem hoje 45.358 usuários, entre titulares, dependentes e agregados. Destes, 55,9% estão acima dos 49 anos, dos quais 636 possuem mais de 90 anos e 30 com mais de 100 anos. Cuidar de pessoas com essa longevidade enche-nos de orgulho, reforçando a importância que damos ao atendimento humano e acolhedor.

Vivemos ainda uma distorção inflacionária na área de saúde. No último ano, a Variação de Custos Médico-Hospitalares, medido pelo Instituto de Estudos da Saúde Suplementar, chegou a 20,4% para um IPCA de 6,29%.

Mesmo com esse cenário adverso, seguimos avançando. No ano de 2017, fechamos com superávit de R\$ 6.363 milhões, resultado fundamental para o equilíbrio econômico-financeiro do PASA e de sua margem de solvência.

Mantivemos ainda um alto nível de excelência no atendimento, como comprova o Índice Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) apurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ficamos, de novo, no grupo das operadoras mais bem avaliadas, com 0,8566 (1 é a maior nota possível).

Apesar de um cenário difícil, especialmente na área da saúde, trabalhamos com transparência, seriedade e visão de futuro para superar os obstáculos. Temos uma equipe motivada que é algo que nos diferencia de modo muito positivo.

Destacamos o início da nossa participação no Great Place to Work (GPTW), uma consultoria internacional que lista as melhores empresas para se trabalhar.

O GPTW fez uma pesquisa com os empregados da Associação e constatou que há um alto índice de satisfação interna, o que nos possibilita alcançar a certificação do Great Place to Work, algo que só 150 corporações no país possuem.

Por que é importante fazer parte do ranking do GPTW? Porque vem ao encontro de nossa missão, visão e valores e, sobretudo, porque uma equipe motivada traz melhores resultados em benefício dos associados.

ASSOCIADOS*

ASSOCIADOS	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Empregados Ativos / Categoria 29 ¹	20.105	20.736	23.058	22.818	18.862	13.119
Aposentados / Pensionistas ²	12.579	12.604	12.963	12.014	11.586	11.328
TOTAL	32.684	33.340	36.021	34.832	30.448	24.447

| ¹Associados: pagam taxa de associação | ²Usuários: titulares | Fonte: Atuarial Beneficiário > Dezembro

DEPENDENTES E AGREGADOS

USUÁRIOS	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Dependentes	11.634	11.770	12.492	11.279	11.073	11.177
Agregados	21.145	21.925	22.774	21.758	20.055	18.647

| ²Usuários: dependentes e agregados | Fonte: Atuarial Beneficiário > Dezembro

ATENDIMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES

	2012	2013	2014	2015	Var 2015/ 2014 (%)	2016	Var 2016/ 2015 (%)	2017	Var 2017/ 2016 (%)
PROCEDIMENTOS DE PEQUENO RISCO	1.500.462	1.564.965	1.661.017	1.771.586	7%	1.913.128	8%	1.969.106	3%
Consultas	237.338	233.868	245.475	250.839	2%	253.022	1%	269.082	6%
Exames de alta complexidade	55.890	49.531	48.741	54.262	11%	47.701	-12%	48.315	1%
Exames laboratoriais	667.661	741.605	796.853	862.974	8%	969.083	12%	979.584	1%
Exames radiológicos	39.967	39.411	38.177	42.047	10%	43.203	3%	44.124	2%
Ultrassonografia	30.856	31.896	35.248	38.403	9%	42.049	9%	39.766	-5%
Tomografia	7.133	7.252	7.441	8.686	17%	9.850	13%	9.293	-6%
Ressonância magnética	6.642	8.009	8.351	9.527	14%	10.472	10%	9.869	-6%
Demais atendimentos ambulatoriais	454.975	453.393	480.731	504.848	5%	537.748	7%	569.073	6%
PROCEDIMENTOS DE GRANDE RISCO	944.276	966.077	1.050.446	1.083.021	3%	1.074.530	-1%	1.145.982	7%
TOTAL DE ATENDIMENTOS	2.444.738	2.531.042	2.711.463	2.854.607	5%	2.987.658	5%	3.115.088	4%

| Fonte: Atuarial Estatístico: Credenciamento e Livre Escolha > Dezembro

DEMONSTRATIVO RECEITA X DESPESA

RECEITAS	2017	2016
Receitas Planos Médicos/Odontológicos	300.019	269.084
Outras Receitas Operacionais	87.088	85.150
Receitas Financeiras	14.993	17.077
TOTAL RECEITAS	402.100	371.311
DESPESAS	2017	2016
Despesas Planos Médicos/Odontológicos (i)	(337.668)	(306.257)
(+) Coparticipação Médicos/Odontológicos	14.071	12.121
Provisão Técnica - Peona (ii)	(2.946)	(2.989)
Despesas Operacionais	(19.856)	(19.144)
Despesas Administrativas	(45.255)	(45.295)
Despesas Financeiras	(4.082)	(4.407)
TOTAL DESPESAS	(395.737)	(365.971)
TOTAIS		
Total Receitas	402.100	371.311
Total Despesas	(395.737)	(365.971)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.363	5.339

(i) Despesas com planos médicos/odontológicos e Internação SUS.

(ii) Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados.

ATIVO	Notas	2017	2016 (Reclassificado)
ATIVO CIRCULANTE		160.853	169.496
Disponível		2.345	2.400
Caixa		3	3
Numerário em trânsito		2.342	2.397
Bancos			
Realizável		158.508	167.096
Aplicações financeiras		125.833	134.562
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	3	33.669	105.985
Aplicações Livres	3	92.164	28.577
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4	14.385	12.571
Contraprestação Pecuniária a Receber		12.307	10.934
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde		2.078	1.636
Bens e Títulos a Receber	5	18.033	19.725
Despesas Antecipadas		257	238
ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.749	7.819
Realizável a Longo Prazo		31.530	3.231
Aplicações Financeiras		1.317	1.266
Aplicações Livres	3	1.317	1.266
Títulos e Créditos a Receber	5	-	233
Depósitos Judiciais e Fiscais	6	30.209	1.577
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		4	154
Imobilizado	7	3.932	4.206
Imóveis de Uso Próprio		68	81
Imóveis - Não Hospitalares		68	81
Imobilizado de Uso Próprio		598	640
Hospitalares		65	80
Não Hospitalares		533	560
Imobilizações em Curso		2.339	2.339
Outras Imobilizações		927	1.146
Intangível	8	1.287	382
TOTAL DO ATIVO		197.602	177.314

PASSIVO	Notas	2017	2016 (Reclassificado)
PASSIVO CIRCULANTE		127.658	114.806
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	118.728	105.983
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		1.966	901
Provisão de Eventos a Liquidar p/ outros Prestadores de Serv. Assistenciais		84.402	75.668
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		32.360	29.414
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		50	-
Contraprestações a Restituir		42	-
Receita Antecipada de Contraprestações		8	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	10/11	1.491	1.534
Débitos Diversos	13	7.389	7.289
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.937	5.864
Provisões	12	4.749	3.555
Provisões para Ações Judiciais		4.749	3.555
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		871	1.043
Parcelamento de Tributos e Contribuições	11	871	1.043
Débitos Diversos	13	1.317	1.266
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		63.007	56.644
Patrimônio Social	14	56.644	51.305
Superávits Acumulados		6.363	5.339
TOTAL DO PASSIVO		197.602	177.314

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R\$ mil)

	Notas	2017	2016 (Reclassificado)
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		300.019	269.084
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		300.019	269.084
Contraprestações Líquidas		300.019	269.084
Eventos Indenizáveis Líquidos		(326.544)	(297.126)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(323.598)	(294.137)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(2.946)	(2.989)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(26.525)	(28.042)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18	87.088	85.150
Outras Receitas Operacionais		87.088	85.150
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	18	(19.740)	(18.968)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(17.420)	(17.339)
Provisão para Perdas sobre Créditos		(2.320)	(1.629)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18	(116)	(176)
RESULTADO BRUTO SUBTOTAL		40.707	37.964
Despesas Administrativas	17	(45.255)	(45.295)
Resultado Financeiro Líquido	19	10.879	12.531
Receitas Financeiras		14.961	16.938
Despesas Financeiras		(4.082)	(4.407)
Resultado Patrimonial		32	139
Receitas Patrimoniais		32	139
RESULTADO LÍQUIDO		6.363	5.339

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R\$ mil)

	Patrimônio Social	Resultado Acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	27.853	22.366	50.219
Incorporação Superávit	22.366	(22.366)	-
Superávit do Exercício	-	1.086	1.086
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	50.219	1.086	51.305
Incorporação Superávit	1.086	(1.086)	-
Superávit do Exercício	-	5.339	5.339
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	51.305	5.339	56.644
Incorporação Superávit	5.339	(5.339)	-
Superávit do Exercício	-	6.363	6.363
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	56.644	6.363	63.007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R\$ mil)

	2017	2016
Superávits do Exercício	6.363	5.339
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.363	5.339

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R\$ mil)

	2017	2016 (Reclassificado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.104	545
Recebimentos de Planos de Saúde	300.753	261.427
Resgate de Aplicações Financeiras	410.048	298.457
Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	12.779	16.408
Outros Recebimentos Operacionais	102.060	85.874
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(327.657)	(275.323)
Pagamentos de Pessoal	(19.536)	(19.708)
Pagamentos de Serviços Terceiros	(1.642)	(2.063)
Pagamentos de Tributos	(14.893)	(14.354)
Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(27.980)	(859)
Pagamentos de Aluguel	(2.150)	(1.630)
Pagamentos de Promoção/Publicidade	(216)	(287)
Aplicações Financeiras	(391.277)	(315.257)
Outros Pagamentos Operacionais	(39.185)	(32.139)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.104)	(546)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Intangível Outros	(1.104)	(546)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA *		(1)
CAIXA - Saldo Inicial	3	4
CAIXA - Saldo Final	3	3
Ativos Livres no Início do Período *	29.846	26.660
Ativos Livres no Fim do Período *	93.483	29.846
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLIC. FINANC. - RECURSOS LIVRES	63.637	3.186
* No somatório da Variação Líquida do Caixa e dos Ativos Livres, não estão incluídos os montantes de Numerário em Trânsito	2.342	2.397
CAIXA - Saldo Final	3	3
Total Disponibilidade	2.345	2.400

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O PASA - Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale (“Entidade”), sediada e domiciliada na Av. Calógeras, 30, Loja H, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, instituída em outubro de 1991, está organizada sob a forma de associação civil, sem finalidade lucrativa, atuando como operadora de plano de saúde na modalidade de autogestão.

A entidade proporciona plano de assistência à saúde aos seus associados, dependentes, agregados e participantes, de acordo com as coberturas definidas no Estatuto e em Regulamento próprio, utilizando-se para tanto da rede credenciada de profissionais, hospitais, clínicas e laboratórios da patrocinadora.

Os planos médicos, hospitalares e odontológicos administrados pela entidade são os seguintes: PASA, PASA Plus, PASA Brasil, PASA Carioca, PASA Mineiro, PASA Capixaba, PASA Brasileirinho, DENT PASA e DENT PASA Plus.

O PASA é classificada na modalidade de autogestão com patrocinador na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo todas as operações referentes ao plano custeadas e garantidas pela entidade, mediante as receitas auferidas com as contribuições (mensalidades e coparticipação financeira nos custos médicos, hospitalares e odontológicos) de seus associados, dependentes, agregados e participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras desses recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e na Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou o ITG - 2002.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com

modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na Nota Explicativa nº 22.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 APURAÇÃO DO RESULTADO

a) Receita: O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pró-rata dia, por se tratar de contratos com preços preestabelecidos.

b) Custo: Eventos Conhecidos ou Avisados (SUS) - São apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação dos Avisos de Beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Demais Eventos a Liquidar - O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário, reconhecida com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência, conforme procedimento descrito na Nota Explicativa nº 15. Para outros casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor.

2.2.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são reconhecidas pelo seu valor justo, ajustado por meio do resultado (vide Nota Explicativa nº 3).

2.2.4 CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS A RECEBER

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias. Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de obrigações por recebimento de contraprestações faturadas antecipadamente. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.2.5 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados a Receber

Representam os valores a receber referentes às coparticipações nos custos médicos, hospitalares e odontológicos de associados, agregados, dependentes e participantes dos planos da entidade. Essa conta é debitada pelo valor da cota-parte relativa à participação dos beneficiários, caso exista, nos eventos indenizados e creditados pelo recebimento e/ou recuperação da cota-parte do valor da participação dos beneficiários nos eventos indenizados.

2.2.6 BENS E TÍTULOS A RECEBER

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

2.2.7 IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7.

2.2.8 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida (vide Nota Explicativa nº 8).

2.2.9 AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (TESTE DE “IMPAIRMENT”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.10 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 PROVISÕES TÉCNICAS

Peona

São calculadas com base em metodologia regulamentar, tendo por base percentuais estabelecidos pela ANS, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora (vide Nota Explicativa nº 9).

Eventos a Liquidar - SUS

Reconhecido o montante conforme informações extraídas do site da ANS (vide Nota Explicativa nº 9).

2.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conforme legislação tributária vigente, a entidade é isenta do recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.2.13 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) **Ativos Contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) **Passivos Contingentes:** São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

c) **Obrigações Legais:** São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a entidade questionou a constitucionalidade de tributos.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2017	2016
A) GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS		
Fundo BB ANS FI renda fixa público (i)	33.669	30.861
Fundo BB PASA FI renda fixa (ii)		31.544
Fundo ITAÚ TRUST DI renda fixa (ii)		43.580
SUBTOTAL	33.669	105.985
B) LIVRES		
Fundo BB PASA FI renda fixa (ii)	22.457	-
Fundo ITAÚ TRUST DI renda fixa (ii)	17.309	17.378
Fundo ITAÚ VIP DI renda fixa (ii)	11.553	10.944
Fundo BRADESCO DI renda fixa (ii)	13.121	-
Fundo SANTANDER CDB (ii)	17.280	-
Fundo SANTANDER DI renda fixa (ii)	10.050	-
Fundo BB	227	226
Fundo ITAÚ AUT MAIS	166	29
Fundo SANTANDER	1	-
SUBTOTAL	92.164	28.577
Fundo BB PAF-FUNBEM (iii)	776	766
Fundo ITAÚ TRUST DI PAF-FUNBEM (iii)	533	500
Fundo ITAÚ AUT MAIS	8	-
SUBTOTAL	1.317	1.266
TOTAL	127.150	135.828
Curto Prazo	125.833	134.562
Longo Prazo	1.317	1.266
TOTAL	127.150	135.828

(i) A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.
(ii) A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas.
(iii) Aplicação vinculada ao PAF-FUNBEM (vide Nota Explicativa nº 16).

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos associados, dependentes, agregados e participantes, conforme segue:

	2017	2016
PLANOS MÉDICO-HOSPITALARES - PLANOS COLETIVOS		
Contraprestação pecuniária a receber (i)	16.943	14.230
Participação dos benef. em eventos indenizados a receber	2.387	1.832
SUBTOTAL	19.330	16.062
Planos Odontológicos - Planos Coletivos		
Contraprestação pecuniária a receber	437	346
Participação dos benef. em eventos indenizados a receber	204	169
SUBTOTAL	641	515
Provisão para perdas sobre créditos (ii)	(5.586)	(4.006)
TOTAL LÍQUIDO	14.385	12.571

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2017	2016
A vencer	12.909	11.016
Vencidos		
Até 30 dias	1.121	1.058
De 31 a 60 dias	478	487
De 61 a 90 dias	194	254
Há mais de 120 dias	5.268	3.762
Subtotal	19.971	16.577
TOTAL	19.971	16.577

(i) A Entidade aplicou em 01/out./2017 os percentuais de reajustes: 15,50% (Plano PASA), 12,35% (Plano PASA Plus), 8,20% (Plano PASA Brasil), 19,50% (Plano PASA Brasileiro), 13,50% (Plano PASA Capixaba), 13,50% (Plano PASA Carioca), 8,20% (Plano PASA Mineiro) e 5,00% (Planos Dent PASA e Dent PASA Plus).

(ii) Segue a movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

	2017	2016
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	(4.006)	(2.336)
Constituições (reversões) líquidas	(1.580)	(1.670)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	(5.586)	(4.006)

NOTAS EXPLICATIVAS

5. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2017	2016
Empréstimos (i)	-	533
Cheques e Ordens a Receber	12	3
Adiantamentos a Empregados	49	19
Adiantamentos Diversos	50	40
Outros Títulos a Receber (ii)	17.922	19.363
SUBTOTAL	18.033	19.958
Curto Prazo	18.033	19.725
Longo Prazo	-	233
TOTAL	18.033	19.958

(i) Referente a empréstimo concedido ao Hospital Madre Teresa. Carência de 12 meses, pagamento em 48 parcelas consecutivas, sendo a primeira em 10/mar./2014, acrescida de 0,8% a.m.

(ii) Valores a receber relacionados à patrocinadora Vale (vide Nota Explicativa nº 15).

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2017	2016
Cíveis	30.176	1.568
Trabalhistas	33	9
TOTAL	30.209	1.577

(i) Vide Nota Explicativa nº 12.2.

7. IMOBILIZADO

	Depreciação (%)	2016	Movimentação	2017
Custo				
Edificações		310	-	310
Equipamentos Hospitalares		144	-	144
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.503		2.503
Equipamentos de Proces. Eletrônico de Dados		544	86	630
Imobilizado em Curso – Clínica de Itabira		2.339		2.339
Móveis e Utensílios Não Hospitalares/Odontológicos		840	23	863
SUBTOTAL		6.680	109	6.789
Depreciação Acumulada				
Edificações	4%	(229)	(13)	(242)
Equipamentos Hospitalares	10%	(64)	(15)	(79)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros		(1.358)	(219)	(1.577)
Equipamentos de Proces. Eletrônico de Dados	20%	(384)	(66)	(450)
Móveis e Utensílios Não Hospitalares Odontológicos	10%	(439)	(70)	(509)
SUBTOTAL		(2.474)	(383)	(2.857)
TOTAL		(4.206)	(274)	(3.932)

8. INTANGÍVEL

	Amortização (%)	2016	Movimentação	2017
Custo				
Sistema de aplicativos – Software		563	1.088	1.651
Marcas e Patentes		7	9	16
SUBTOTAL		570	1.097	1.667
Amortização Acumulada				
Sistema de aplicativos – Software	20%	(188)	(192)	(380)
SUBTOTAL		(188)	(192)	(380)
TOTAL		382	905	1.287

NOTAS EXPLICATIVAS

9. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2017	2016
Provisão Eventos a Liquidar - Rede Contratada/Credenciada (i)	84.402	75.668
Provisão Eventos a Liquidar – SUS	1.966	901
Provisão Eventos Conhecidos e Não Avisados – PEONA (ii)	32.360	29.414
TOTAL	118.728	105.983

(i) A Entidade registra nesta rubrica valores a repassar para a Patrocinadora VALE S.A. (vide Nota Explicativa nº 15).

(ii) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em metodologia regulamentar, a qual está registrada integralmente.

10. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Tributos e Contribuições	2017	2016
ISS – Imposto Sobre Serviços	255	231
INSS – Contribuições Previdenciárias	474	439
FGTS	159	139
PIS e COFINS	26	24
IRRF, PIS/COFINS/CSLL - Retenções	343	322
Parcelamento de Tributos e Contribuições	1.105	1.422
TOTAL	2.362	2.577
Curto prazo	1.491	1.534
Longo prazo	871	1.043
TOTAL	2.362	2.577

11. PROGRAMA DE PARCELAMENTO FISCAL

Em novembro de 2009, a entidade aderiu ao novo programa de parcelamento especial, concedido pelo Governo Federal, com os benefícios previstos na Lei nº 11.941 de 27/maio/2009 (Refis IV), desistindo dos parcelamentos ordinários.

Em 29/jul./2011, após liberação da Receita Federal, a entidade realizou a consolidação destes valores.

Os valores dos parcelamentos estão assim distribuídos:

	2017		2016	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Tributos federais				
Previdenciários (i)	85	-	238	79
Não previdenciários (ii)	149	871	141	964
Total	234	871	379	1.043

(i) Débitos tributários devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") incidentes sobre folha de pagamento e serviços prestados por autônomos.

(ii) Não previdenciários.

Os parcelamentos de tributos federais estão sendo atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

12. PROVISÕES JUDICIAIS

12.1 CONTINGÊNCIAS COM RISCO DE PERDAS PROVÁVEIS

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.

Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Trabalhistas	120	3
Cíveis	4.143	2.813
Multas ANS	486	739
TOTAL	4.749	3.555

A entidade possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (vide Nota Explicativa nº 6).

12.2 CONTINGÊNCIAS COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

A entidade também possui processos, cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	2017	2016
Trabalhistas	1.245	1.709
Cíveis (i)	2.274	1.610
Tributárias (ii)	28.044	25.788
TOTAL	31.563	29.107

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos e procedimentos não cobertos.

(ii) Questionamentos na esfera administrativa.

A respeito do processo nº 0375895-08.2008.8.19.0001, informamos que se trata de uma ação ordinária ajuizada pelo PASA perante a 12ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, com o fim de cancelar o débito de ISS lançado no auto de infração nº 101.017, datado de 18.08.2006, referente a fatos geradores de janeiro de 2001 a dezembro de 2005.

O montante atualizado do valor de ISS soma R\$ 26.735.679,85, além de 5% sobre este valor devido a título de honorários contratuais, em caso de êxito.

A associação não reconheceu contabilmente a dívida em questão, pois a mesma se encontra prescrita, conforme entendimento dos patronos do PASA exarado em relatório datado de fevereiro de 2015.

A prescrição se deu porque, apesar de não ter ocorrido nenhuma causa suspensiva ou interruptiva do prazo prescricional, o Município do Rio de Janeiro não ajuizou a ação de cobrança dentro do prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da constituição definitiva do crédito, o que ocorreu em 15.10.2008, com a decisão final no processo administrativo.

A prescrição foi apontada pelo PASA na fase probatória da ação ordinária. Além disso, a defesa também abordou outros pontos como, por exemplo, que o arbitramento da base de cálculo realizado pela fiscalização seria equivocado.

A sentença do Juízo da 12ª Vara de Fazenda Pública, contudo, não reconheceu a prescrição e os demais pontos da defesa e julgou improcedentes os pedidos de anulação do auto de infração.

Contra a sentença de improcedência, a associação interpôs recurso de Apelação em 23.09.2016 e, atualmente, após a apresentação de manifestação do Ministério Público informando não possuir interesse no feito, o caso está concluso ao Relator para julgamento.

Entendemos que existe grande possibilidade de reversão da sentença com o reconhecimento da prescrição da dívida e o seu consequente cancelamento integral.

Cumpramos ressaltar, ainda, que após o decurso do prazo prescricional, o PASA foi citada da Execução Fiscal nº 0159225-92.2016.8.19.0001 ajuizada pelo Município para exigir o pagamento do débito de ISS discutido no processo nº 0375895-08.2008.8.19.0001.

Em face disso, o PASA depositou o montante atualizado do valor de ISS em garantia, a fim de (i) possibilitar a apresentação de Embargos à Execução e (ii) para impedir que este débito figure como óbice à emissão da sua certidão de regularidade fiscal. Depois de garantido integralmente o débito e apresentada a defesa por meio de embargos à execução, foi proferida decisão suspendendo a execução fiscal até o julgamento dos embargos à execução fiscal em apenso (vide Nota Explicativa nº 6).

Os embargos à execução opostos pelo PASA foram autuados sob o nº 0156666-31.2017.8.19.0001. A Fazenda Municipal apresentou impugnação aos embargos e, em seguida, o PASA se manifestou em réplica. Adiante, após as partes terem informado que não possuem interesse na produção de novas provas, o Ministério Público requereu o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo da ação anulatória nº 2008.001.374055-0.

Por fim, foi proferida decisão acolhendo o pedido do Ministério Público, para determinar a suspensão dos presentes embargos à execução até o julgamento da anulatória nº 2008.001.374055-0. Dito isto, entendemos que o prognóstico destes embargos à execução deve ser classificado como possível.

13. DÉBITOS DIVERSOS

	2017	2016
Obrigações com Pessoal	5.079	5.406
Fornecedores	1.992	1.751
Outros Débitos a Pagar	318	132
Outras Exigibilidades (i)	1.317	1.266
TOTAL	8.706	8.555
Curto prazo	7.389	7.289
Longo prazo	1.317	1.266
TOTAL	8.706	8.555

(i) Representam valores referentes ao PAF-FUNBEM (Longo Prazo) (vide Nota Explicativa nº 16).

NOTAS EXPLICATIVAS

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social

O Patrimônio Social em 31/dez./2017 é de R\$ 63.007 (R\$ 56.644 para 2016), constituído pelos fundos patrimoniais da entidade e pela incorporação do superávit e absorção de eventuais déficits.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Taxa de Operacionalização do AMS

O PASA e a Vale, em conjunto, operam um sistema de assistência à saúde pela modalidade de autogestão, sem finalidade lucrativa, na forma do art. 1º, §2º, da Lei nº 9656/98.

Para operacionalização deste sistema, mediante convênio de reciprocidade Vale e PASA, é repassada à entidade parte do custo administrativo/operacional para administração do plano de benefício médico e odontológico dos empregados, seus respectivos dependentes da Vale S.A. e empresas do grupo, denominado AMS - Assistência Médica Supletiva. Os saldos, em 31/dez./2017 e de 2016, estão assim apresentados:

ATIVO	2017	2016
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		
VALE S/A	3.859	3.678
MCR - Mineração Corumbaense Reunida S/A	76	75
FCA - Ferrovia Centro Atlântica S/A	-	225
BIOPALMA da Amazônia S/A	21	19
SALOBO Metais S/A	203	162
CPBS - Cia. Portuária Baía de Sepetiba	18	46
FNS - Ferrovia Norte Sul S/A	-	34
VLI - Vale Logística de Carga Geral S.A.	-	17
Vale Manganês S/A	50	129
Vale Fertilizantes S/A	82	88
VMM - VLI Multimodal S/A	-	33
Outras empresas do Grupo	62	46
TOTAL	4.371	4.552

Estes valores estão refletidos no resultado da entidade, na conta de Outras Receitas Operacionais em 31/dez./2017, no montante de R\$ 87.088 (R\$ 85.150 em 31/dez./2016).

RESSARCIMENTO DESPESA MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA PASSIVO REDE CONTATADA/CRENCIADA	2017	2016
Vale S.A.	57.023	52.586
TOTAL	57.023	52.586

O valor registrado no passivo refere-se às obrigações com consultas, exames e internações efetuados pelos associados, dependentes, agregados e participantes à rede credenciada. A entidade utiliza a mesma rede credenciada da Vale, informando

à mesma todos os procedimentos realizados por seus associados, dependentes, agregados e participantes.

Diante disso, após o pagamento de sua rede credenciada, a Vale efetua a cobrança da parcela referente à utilização dos associados, dependentes, agregados e participantes da entidade.

16. PAF-FUNBEM

Em 24/abr./1997, a VALE transferiu para o PASA a importância de R\$ 386, em razão da extinção do FUNBEM (Fundo para Benefícios aos Empregados da Vale). Não houve doação, e sim uma transferência da Vale em favor de uma entidade para cumprir o mesmo objetivo do FUNBEM, ou seja, o PASA passou a administrar e custear um programa de benefícios aos seus associados (empregados, aposentados e ex-empregados da Vale).

Com esses recursos, a Diretoria Executiva criou o PROGRAMA DE ADIANTAMENTO FINANCEIRO - PAF/FUNBEM, com regulamento próprio, conta corrente específica e aplicações financeiras vinculadas a essa conta corrente.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Pessoal Próprio	(30.844)	(29.692)
Serviços de Terceiros	(2.003)	(1.983)
Localização e Funcionamento	(7.489)	(7.525)
Depreciação e Amortização	(574)	(2.017)
Publicidade e Propaganda Institucional	(181)	(225)
Tributos	(3.587)	(3.338)
Outros - (Contingências e Outras Diversas)	(577)	(515)
Total	(45.255)	(45.295)

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2017	2016
Outras Receitas Operacionais		
Outras (i)	87.088	85.150
SUBTOTAL	87.088	85.150
Outras despesas operacionais		
Provisão para perdas sobre créditos	(2.320)	(1.629)
Reclamações Judiciais - Contingências Operacionais	241	(927)
Central Atendimento / Autorizador	(5.700)	(5.871)
Confecção de Carteiros	-	(34)
Outros	(12.077)	(10.682)
SUBTOTAL	(19.856)	(19.144)
TOTAL LÍQUIDO	67.232	66.006

(i) Convênio de reciprocidade com a Vale S.A. refere-se ao repasse de parte do custo administrativo/operacional para administração do plano de benefício médico e odontológico dos empregados e respectivos dependentes da Vale S.A. e empresas do grupo, denominado AMS - Assistência Médica Supletiva.

O STF declarou a inconstitucionalidade do inciso IV, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, que previa a contribuição previdenciária de 15% sobre as notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperados por intermédio de Cooperativas de Trabalho.

Os efeitos desta decisão atingiram os pagamentos anteriormente realizados, razão pela qual a Receita Federal emitiu a Solução de Consulta nº 152/2015, regulamentando a forma como esses valores poderiam ser restituídos ou compensados pelas Empresas.

Em razão dessas decisões, a Vale solicitou a compensação dos valores recolhidos nos últimos 05 anos quando do pagamento das Cooperativas Médicas Credenciadas ao INSS, conforme previsto no artigo 168 do CTN.

Após o deferimento do pedido e a efetiva compensação dos valores no CNPJ da Vale, restou demonstrado que parte desse tributo restituído pertencia ao PASA, uma vez que esta Operadora ao realizar o pagamento da rede credenciada acrescia o percentual dos 15% destinado ao INSS das Cooperativas.

Desta forma, do montante restituído à Vale, a parte efetivamente recolhida e paga deste tributo pelo PASA foi devolvida mediante crédito em nosso favor, o qual foi deduzido do pagamento das contas médicas antes do fim do exercício financeiro de 2017, valor este contabilizado em outras receitas operacionais.

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2017	2016
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receitas de Aplicações Financeiras	12.761	16.263
Juros e multa	2.200	675
SUBTOTAL	14.961	16.938
DESPESAS FINANCEIRAS		
Despesas com impostos sobre Aplicações Financeiras	(3.923)	(4.265)
Juros e multa	(159)	(142)
SUBTOTAL	(4.082)	(4.407)
TOTAL	10.879	12.531

20. BENEFÍCIOS E EMPREGADOS

A entidade provê a seus empregados benefícios de assistência médica e odontológica, seguro de vida e previdência privada enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com normas específicas e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como despesas com pessoal, quando incorridos.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A entidade disponibiliza aos seus empregados e respectivos dependentes o benefício saúde AMS - Assistência Médica Supletiva.

As eventuais despesas médicas e odontológicas são parcialmente custeadas pelo empregado de acordo com o especificado na Cartilha de Benefícios do Empregado PASA.

Durante o exercício de 2017, a entidade registrou na rubrica Despesas com Assistência Médica/Odontológicas despesas médicas e odontológicas no montante de R\$ 2.054 (R\$ 1.552 em 2016).

SEGURO DE VIDA

A entidade, visando a mitigação de riscos, possui uma apólice de seguro de vida para seus empregados junto a Bradesco Seguros.

A apólice é custeada em sua totalidade pela entidade, não havendo a participação financeira do empregado, e possui as seguintes coberturas básicas: morte natural, morte acidental, invalidez permanente por acidente e invalidez por doença.

Os valores das contribuições mensais são calculados com base nos salários dos empregados, cujo montante em 2017, registrado como despesas, é de R\$ 68 (R\$ 58 em 2016).

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Para os planos de suplementação de aposentadoria, previdência privada, a entidade possui convênio com o fundo de pensão VALIA.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale, de suas coligadas e de outras que venham a participar dos planos por ela administrados.

A entidade, junto à Vale e empresas do grupo, é patrocinadora da VALIA no plano de Contribuição Definida - Valiaprev.

As contribuições ao plano Valiaprev apresentam-se como segue:

• **Empregados:**

a) **Contribuição ordinária participantes (empregado)** - destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, cujo percentual mínimo de participação é de 1% do salário participação;

b) **Contribuição extraordinária** - pode ser realizada em qualquer tempo, a critério do empregado.

• **Patrocinadoras:**

a) **Contribuição ordinária patrocinadora** – destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. É idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação;

b) **Contribuição normal** - para o custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário por ocasião da elaboração das avaliações atuariais;

c) **Contribuição extraordinária** - pode ser realizada em qualquer tempo, a critério da entidade;

d) **Contribuição especial** - destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

O plano foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à entidade. Durante o exercício de 2017, a entidade registrou como Despesas com Planos de Previdência Complementar as contribuições no montante de R\$ 617 (R\$ 628 em 2016).

21. CONTROLE GERENCIAL - SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS COM EVENTOS

RN ANS nº 322/2013 e alterações, item 7.1 (e) instituiu o registro auxiliar analítico de segregação das despesas com eventos em consultas, exames, internações, terapias, outros atendimentos ambulatoriais e demais despesas assistenciais.

Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei. Total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111103.

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	5.895	11.253	11.889	53.505	3.474	1.204	87.220
TOTAL	5.895	11.253	11.889	53.505	3.474	1.204	87.220

Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido - Planos Coletivos por Adesão Pós Lei. Total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111104.

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	13.914	19.629	29.537	156.828	7.340	4.963	232.211
TOTAL	13.914	19.629	29.537	156.828	7.340	4.963	232.211

22. CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto.

A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque à conciliação do resultado líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO	6.363	5.339
Ajustes para Conciliação do Resultado Líquido com a Geração de Caixa das Atividades Operacionais:	7.035	8.001
Depreciações/Amortização	574	2.138
Provisões Técnicas - PEONA	2.946	2.989
Ajuste de inventário (imobilizado / intangível)	-	(121)
Provisão (Reversão) Contingência	1.194	1.391
Doações ingresso	-	(67)
Provisões para Perdas sobre Créditos	1.580	5.079
Perdas de Recebíveis	740	
Reversão Provisões para Perdas sobre Créditos		(3.408)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	13.398	13.340
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(21.976)	(35.983)
Aplicações	8.679	(30.033)
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(4.134)	(3.158)
Bens e Títulos a Receber	1.980	(2.690)
Despesas Antecipadas	(19)	(19)
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	150	(153)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(28.631)	70
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	9.682	23.188
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9.799	23.855
Débitos de Operações de Assistência Saúde	50	-
Tributos e Contribuições a Recolher	(215)	(127)
Débitos Diversos	49	(540)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.104	545
Atividades de Investimentos	(1104)	(546)
Saldo Caixa Inicial	3	4
Saldo Caixa Final	3	8
Numerário em Trânsito	2.342	2.397
Total Disponibilidade	2.345	2.400

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Chamamos à atenção para o item (B) da Nota Explicativa nº 12.2 das demonstrações contábeis, que descreve a incerteza relacionada à prescrição referente ao processo de impugnação do auto de infração de Imposto Sobre Serviço. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do PASA – Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale, no uso de suas atribuições, reunindo-se nesta data para proceder à análise das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017, composta do Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e respectivas Notas Explicativas, após verificação da referida documentação, bem como do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 23 de fevereiro de 2018 pelos Auditores Independentes Grunitzky - Auditores Independentes S/S, resolvem manifestar-se pela sua aprovação.

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2018.

No dia 13 de março de 2018, às 10:00h, foi realizada reunião ordinária do Conselho Deliberativo do PASA – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE, na sala de reuniões da Clínica PASA, localizada na Avenida Cezar Hilal, nº 222 – Bento Ferreira, Vitória/ES, presentes os membros do Conselho Deliberativo Maria Helena Tauhata, Rogério da Cunha Abaurre, Luís Francisco Ferreira, João Batista Sá Marques, Liesel Mack Filgueiras e o Presidente do Conselho Novarck Silva de Oliveira. Participaram da reunião como convidados, o Diretor de Administração e Finanças Bruno Camara Meira, o Ouvidor da PASA Jorge Luiz de Castro Moraes e o advogado Marcelo Marchon Leão.

Abertura da sessão e verificação do quórum: tendo em vista a existência dos presentes e a formação de quórum, passam-se às deliberações:

Apresentação das Demonstrações Financeiras e Relatório de Atividades do Exercício de 2017

O Conselho Deliberativo, no uso de suas atribuições e, considerando o Relatório de Atividades e Demonstrações Contábeis composta do Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido e respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício fundo em 31/12/2017, apresentados pela Diretoria Executiva do PASA; o relatório favorável da Grunitzky – Auditores Independentes S/S de 23/02/2018; o parecer favorável do Conselho Fiscal, de 09 de março de 2018; aprovam, por unanimidade, a citada documentação relativa ao exercício de 2017.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

Novarck Silva de Oliveira

Presidente do Conselho Deliberativo

Maria Helena Tauhata

Conselheira

Rogério da Cunha Abaurre

Conselheiro

João Batista Sá Marques

Secretário

Luís Francisco Ferreira

Conselheiro

Liesel Mack Filgueiras

Conselheira

Marcelo Marchon Leão

Advogado

Jorge Luiz de Castro Moraes

Ouvidor Geral

Ricardo Gruba Pereira

Diretor Presidente

Bruno Camara Meira

Diretor de Administração e Finanças

Alessandro Soares Santos

Contador

